



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1017305-09.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Gratificação de Incentivo**  
 Requerente: **Cilene de Cassia Garcia**  
 Requerido: **Universidade de São Paulo Usp Unidade Universitária do Instituto de Química de São Carlos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

**CILENE DE CÁSSIA GARCIA** propõe ação de conhecimento contra **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO USP** aduzindo ser servidora celetista contratada pela ré em 03.04.2000, lotada desde 13.10.2009 na função de Diretora Técnica de Divisão. Pede o pagamento e a incorporação aos seus proventos da parcela *gratificação executiva*, instituída pela LC nº 797/95 com reajustes e alterações em diversas leis complementares posteriores.

A ré, em contestação, esclarece, inicialmente, que a função Diretor Técnico de Serviço, com a Portaria GR-5219/2011, passou a chamar-se Chefe Técnico de Serviço. No mais, alegou: (a) incompetência absoluta (b) prescrição quinquenal; (c) a autonomia da Universidade (art. 207 da CF), que não se submete às leis complementares que instituíram a gratificação executiva; (d) a inaplicabilidade da Lei nº 797/95 e seguintes à autora pois ela não se encontra em nenhum dos anexos citados pela lei. Pede a improcedência da ação.

### **É O RELATÓRIO. DECIDO.**

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

A Justiça Comum é competente para o processo e julgamento deste feito, uma vez que apesar de celetista o vínculo existente entre as partes, a vantagem pretendida (gratificação executiva) é estatutária e a parte autora pretende, no caso, o



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

reconhecimento da incidência, sobre tal relação jurídica, de normas de natureza estritamente administrativa. A matéria é estritamente administrativa. Nesse sentido: STJ, CC 115.492/SP, Ministro Benedito Gonçalves, DJe de 29.3.2011.

A prescrição quinquenal, em caso de procedência, será respeitada.

Ingressa-se na matéria controvertida.

A respeito, melhor refletindo sobre a questão, impôs-se a este magistrado a alteração de sua convicção jurídica, diante dos sólidos fundamentos a embasarem a improcedência da demanda.

A este juízo, com efeito, resulta claro que a legislação instituidora do benefício da gratificação executiva não a concedeu aos cargos e empregos da Universidade de São Paulo.

O cerne da discussão, segundo entendemos, não está na dita impossibilidade de aplicação das normas versando sobre o regime remuneratório às universidades por conta da propalada autonomia financeira garantida pelo art. 207 da CF.

A autonomia, com efeito, não chega a tanto.

O STF, desde antes da CF/88, quando a legislação já previa a autonomia, afirmou a inexistência de óbice à fixação, por lei e sem participação da universidade, de vencimentos e vantagens aos servidores universitários (RE 100769, Rel. Min. RAFAEL MAYER, 1ªT, j. 24/08/1984).

O entendimento foi mantido na vigência da CF/88, em que decidiu-se: "o fato de gozarem as universidades da autonomia que lhes é constitucionalmente garantida não retira das autarquias dedicadas a esse mister a qualidade de integrantes da administração indireta, nem afasta, em consequência, a aplicação, a seus servidores, do regime jurídico comum a todo o funcionalismo, inclusive as regras remuneratórias" (RExt 331285, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, 1ªT, j. 25/03/2003).

A questão, em verdade, é mais simples e não chega ao plano



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

constitucional, solucionando-se pela exegese da legislação instituidora da gratificação executiva.

Tal legislação não concedeu o benefício aos servidores da USP.

A LC 797/95 e a LC 802/95 instituíram a gratificação a servidores da Administração Direta e Indireta, inclusive autarquias.

Os arts. 1ºs não fizeram distinção entre autarquia comum e autarquia especial – como é o caso da USP. Logo, numa linha de princípio, pelo fato de o legislador ter se valido da expressão "autarquia" em sentido amplo, o benefício não estaria pré-excluído aos servidores da universidade; afinal, onde a lei não distingue, não cabe ao intérprete fazê-lo.

O ponto, porém, não é este.

O essencial está em que a gratificação executiva foi concedida somente aos servidores públicos integrantes das classes mencionadas na LC 797/95 e na LC 802/95. Não se trata de benefício atribuído indistintamente a todos os servidores públicos do Estado de São Paulo, da Administração Direta e Indireta.

Pois bem. Examinando-se que classes são essas, alcançadas pelas leis complementares em questão, temos a convicção segura de que os servidores da USP, nomeados para cargos públicos ou contratados para empregos públicos, não são atingidos, não fazendo então jus ao benefício.

Observe-se.

O **art. 1º da LC 797/95** instituiu gratificação para os servidores:

- regidos pela LC 712/93: essa lei instituiu o plano geral de cargos e salários aplicável à Administração Direta e Indireta no Estado de São Paulo. Todavia, o plano não é tão geral como se propõe, porque o art. 1º é expresso ao dispor que aplica-se aos servidores "expressamente indicados nos Anexos I e II", e o art. 2º que o plano estende-se também aos servidores "expressamente indicados no Anexo III" integrados em alguns quadros especiais mencionados, nenhum deles relacionados à USP. Tanto aquele plano geral não concerne às universidades que



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

nos anexos não consta qualquer menção, por exemplo, ao cargo de professor universitário, ou ao cargo de reitor.

- regidos pela LC 700/92: essa lei trata dos servidores da Secretaria da Fazenda e autarquias vinculadas aos serviços fazendários, sem pertinência com a universidade.

- regidos pela LC 674/92: lei que trata dos servidores da Secretaria de Saúde e autarquias vinculadas aos serviços e ações de saúde, sem pertinência com a universidade.

- regidos pela L 4569/85: lei que corresponde ao Estatuto dos Ferroviários, sem qualquer relação com o quadro funcional da Universidade de São Paulo.

Já o **art. 1º da LC 802/95** estendeu a gratificação executiva a servidores dos quadros das Secretarias de Estado, da Procuradoria Geral do Estado e das Autarquias, integrantes das classes constantes dos Anexos I a IV que, por sua vez, conforme preceitua o art. 2º, também dizem respeito, tão-somente, servidores regidos pela LC 712/93, pela LC 700/92, pela LC 674/92, e pela L 4569/85 (as mesmas acima analisadas).

O exame das normas que criaram a gratificação executiva, em consequência, deixa fora de dúvida que a vantagem pecuniária não foi concedida aos servidores da USP, pois não são regidos pela LC 712/93, pela LC 700/92, pela LC 674/92, ou pela L 4569/85, únicos contemplados com a parcela remuneratória em discussão.

E, não tendo sido concedida pelo Poder Legislativo, impera o princípio da legalidade, não cabendo ao Poder Judiciário substituir-se ao legislador. Aliás, não poderia fazê-lo nem mesmo a pretexto de realizar o princípio da isonomia (Súm. 339, STF).

Ao final, cumpre salientar que a identidade ou semelhança na rubrica ou nomenclatura de cargo ou emprego existente na USP com cargo, emprego ou função-



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

atividade mencionada nos Anexos da LC 797/95 e da LC 802/95 apresenta-se irrelevante, pois a gratificação executiva somente foi concedida aos nomeados ou contratados para cargos, empregos ou funções com aqueles nomes e que, simultaneamente, sejam regidos pela LC 712/93, pela LC 700/92, pela LC 674/92, ou pela L 4569/85.

Ante o exposto **JULGO IMPROCEDENTE** a ação e **CONDENO** a parte autora em custas, despesas e honorários advocatícios, arbitrados estes, por equidade, em 10% sobre o valor atualizado da causa.

P.R.I.

São Carlos, 19 de janeiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**